

LINGÜÍSTICA E EDUCAÇÃO: o ato de provocar para ensinar e aprender

Valdeci Scaliante de Santana¹
Daniele Cristina Scaliante²

Resumo: O artigo realiza uma reflexão acerca dos desafios que a escola tem para apresentar seus conteúdos aos estudantes e, no que lhe concerne, da necessidade de os professores focarem em uma formação pautada pelo ato de *provocar-se* para *provocar* outras pessoas no que se refere à mediação da aprendizagem. O ato de *provocar-se* para *provocar* está relacionado ao interesse do professor em rever as práticas escolares que não garantem um ensino-aprendizagem consolidável, trazendo, por outro lado, aquelas práticas que possam possibilitar uma aprendizagem favorável dos conteúdos propostos na atualidade. As reflexões e considerações são de cunho analítico, pensadas a partir de observações durante a carreira docente do autor do trabalho aqui apresentado. O foco é a articulação da Linguística com a Educação Escolar, visto que a articulação dos diferentes conhecimentos de aspectos linguísticos pode contribuir satisfatoriamente para o ensino-aprendizagem dos atores escolares. Discussões sobre defasagens no ensino da leitura e da escrita são trazidas neste trabalho, estendendo-se para a necessidade de os profissionais refletirem sobre suas próprias práticas em sala de aula. Assim, é destacado o papel social da Linguística no intuito de oportunizar uma educação escolar de qualidade tanto aos professores quanto aos estudantes.

Palavras-chave: Estudantes. Educação Escolar. Linguística. Professores. Provocar.

LINGÜÍSTICA Y EDUCACIÓN: el acto de provocar para enseñar y aprender

Resumen: En este artículo se reflexiona sobre los desafíos que enfrentan las escuelas al presentar sus contenidos a los estudiantes, así como la necesidad de que los maestros se centren en una formación basada en el acto de provocarse a sí mismo para provocar a otros en términos de mediar en el aprendizaje. El acto de provocarse a sí mismo para provocar a los alumnos está relacionado con el interés del maestro en replantear las actividades escolares que no garantizan un proceso consolidado de enseñanza-aprendizaje, trayendo, por otro lado, aquellas actividades que puedan permitir aprender sobre el contenido propuesto para hoy. Las reflexiones y consideraciones son de naturaleza analítica y se basan en las observaciones realizadas durante la carrera docente del autor. La atención se centra en la articulación de la Lingüística con la Educación Escolar, ya que la articulación de diferentes conocimientos de los aspectos lingüísticos pueden contribuir satisfatoriamente a la enseñanza-aprendizaje de los alumnos y profesores. En este trabajo se plantean discusiones sobre las lagunas en la enseñanza de la lectura y la escritura extendiéndose a la necesidad de que los profesionales reflexionen sobre sus propias prácticas en el aula. Así, se destaca el papel social de la Lingüística en orden proporcionar una educación escolar de calidad tanto a profesores como a estudiantes.

Palabras clave: Estudiantes. Educación escolar Lingüística Profesorado Provocación

¹Mestrando em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp – FCLAr, Especialização em Alfabetização e Letramento pela Uniletoledo (Araçatuba/SP), Graduado em Pedagogia (FAI – Adamantina/SP), Membro do Grupo de Pesquisa GRUPA – Grupo de Estudos de Alfabetização. E-mail de contato: valdeci.santana@unesp.br

²Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP/FCLAr), Graduada em Letras (FAI), Membro dos grupos de pesquisa Projetos Semióticos, Grupo de Pesquisa em Semiótica da Unesp (GPS-UNESP) e Grupo de Leitura LeSem: Leituras Semióticas do GPS-UNESP. E-mail de contato: scaliante.daniele@gmail.com

LINGUISTICS AND EDUCATION: The act of provoking for teaching and learning

Abstract: The article reflects on the challenges the school has to present its contents to the students and, as far as it is concerned, the need for teachers to focus on a training based on the act of provoking themselves to provoke others when it comes to learning mediation. The act of provoking yourself to provoke is related to the teacher's interest in reviewing the school practices that do not guarantee a solid teaching-learning, bringing, on the other hand, those practices that can enable a favorable learning of the contents proposed nowadays. The reflections and considerations are of an analytical nature, based on observations made during the teaching career of the author of the paper presented here. The focus is on the articulation of Linguistics with School Education, since the articulation of different knowledge of linguistic aspects can contribute satisfactorily to the teaching-learning of school actors. Discussions about gaps in the teaching of reading and writing are brought up in this paper, extending to the need for professionals to reflect on their own classroom practices. Thus, the social role of Linguistics is highlighted in order to provide a quality school education for both teachers and students.

Keywords: Students. School Education. Linguistics. Teachers. Provoking

Introdução

As atividades escolares equilibram-se entre dois pesos de grande importância: o ensino e a aprendizagem. Historicamente, não é difícil notar que, em alguns períodos de tempo, predominou uma ou outra forma na Educação. Para usar um exemplo clássico, o filósofo grego Sócrates privilegiava a aprendizagem sobre o ensino, tendo como lema a célebre frase: *conhece-te a ti mesmo*. De certo modo, Santo Agostinho também pode ser enquadrado nessa linha. Por outro lado, o racionalismo do filósofo grego Aristóteles e de Santo Tomás de Aquino motivam as pessoas a aprender pelo estudo dos ensinamentos dos grandes mestres. Em tempos modernos, as escolas mais “acadêmicas” costumam estar voltadas mais para a prática do ensino, sendo a aprendizagem algo que cabe exclusivamente ao aluno realizar e para isto criar condições pessoais, como estudo individual em casa. (CAGLIARI, 1999, p. 217).

O ato da provocação de assuntos pertinentes sobre realidades da educação escolar deve estar enquadrado na formação acadêmica de um graduando de licenciatura em educação e dos que já estão em plena atividade escolar. Provocar-se primeiro para provocar com clareza outras pessoas.

A passagem da palavra “*provocar-se*” para “*provocar*” diz respeito à questão de buscar conhecimentos adequados em meio a tantas mudanças já existentes, das que estão acontecendo e das que irão acontecer, para mediar o conhecimento em sala de aula com competência e autonomia. O professor precisa estar convicto de que está ensinando. Por isso,

precisa provocar-se para ver e rever o que faltou em sua formação acadêmica, para dimensionar um ensino fortalecido com bases teóricas, e uma didática que represente o seu melhor saber-fazer.

Nessa realidade, devem pautar discussões amplas acerca de conteúdos teóricos e metodológicos que têm circulado no contexto acadêmico, por exemplo, textos que provoquem o leitor a pensar e repensar os moldes já utilizados no passado e outros utilizados em sala de aula pelos professores na atualidade.

Algumas reformas educacionais já tentaram dinamizar direções e estruturas educacionais do País. Historicamente, as reformas não foram sempre federalizadas, mas por regiões. Por exemplo, a de Sampaio Dória contemplou o Estado de São Paulo (1920). No Ceará (1922-1923), houve uma reforma encaminhada por Lourenço Filho. Na Bahia, Anísio Teixeira propôs um modelo americanizado. O sistema educacional de José Augusto Bezerra de Menezes apareceu no Rio Grande do Norte. Havia outros adeptos pela reforma da educação brasileira, mas nem todos conseguiram chegar a uma proposta com discussão ampla.

No entanto, o que se vê são mudanças constantes, a partir da troca de governantes que, muitas vezes, desejam introduzir sua marca através de uma diversidade de materiais escolares, com capas com dizeres de propaganda pessoal de um governador, de um presidente, de um ministro da educação. Analisando essa realidade, torna-se possível pensar que muitos investimentos realizados na educação têm sido apenas com foco na imposição de metodologias e estratégias de “marketing” para garantir cédulas ou cliques em urnas eletrônicas nas eleições.

Por outro lado, quando alguns linguistas em seus debates introduzem críticas ao processo de ensino e aos métodos utilizados pela educação escolar na atualidade, eles não propõem descaracterizar o papel do professor em sala de aula; pelo contrário, apenas mostram algumas lacunas existentes na forma como se tem apresentado o ensino das questões linguísticas.

Como lembram Faraco e Castro (1999), há tempos, o ensino da Língua Materna vem sendo uma preocupação por parte de alguns pesquisadores. No entanto, questiona-se em que ponto esta preocupação tem surtido efeito para serem considerados novos dados e referências

que oportunizem aos profissionais da educação uma formação linguística moderna, científica e adequada, por exemplo, em relação ao ensino da gramática do português brasileiro.

Mesmo que várias áreas de conhecimento estejam considerando a necessidade de debates sobre o ensino da língua materna, também se entende haver um direcionamento de pesquisas, a partir do viés do que interessa a cada pesquisador. Ou seja, o olhar do pedagogo diferirá em relação ao olhar de um linguista em relação à aprendizagem da língua materna. A união entre as áreas da educação com as noções ensinadas pelas áreas da linguística moderna consolidaria uma oportunidade tanto aos professores alfabetizadores quanto aos estudantes de entenderem o ensino-aprendizagem da linguagem de um ponto de vista mais científico, e diferenciadamente do que ainda está sendo usado hoje. Nesse sentido, é que se consagra o ato de provocar e instigar o estudante a pensar nas possibilidades de aprendizagem.

Retrocesso escolar e as provocações da Linguística

Nos dois últimos anos vivenciamos um retrocesso educacional sem precedentes e isso pode causar um grande problema para o desenvolvimento do País. O prejuízo causado pela Pandemia Covid-19 e o ensino não presencial pode conduzir o Brasil a uma decadência de aprendizagem por alguns anos. As marcas negativas da falta do professor em sala de aula e do contato humano para ensinar exigirão estratégias rigorosas de ensino no intuito de recuperar a defasagem dessas crianças.

Apesar de tudo o que tem acontecido, o professor continua rigorosamente comprometido com as obrigações do seu trabalho, devendo compor uma carga horária de trabalho exaustiva para lidar com essa problemática do ensino atual. Se não for realizado um plano de melhorias e de recuperação, incluindo todos os que estão na educação, veremos cada vez menos professores interessados em permanecer na sala de aula.

Os problemas têm sido recorrentes e as mesmas problemáticas da educação de quinze anos atrás ainda se apresentam no contexto da educação atual. Ensinar necessita de uma formação qualificada do professor alfabetizador. Por exemplo, faltam-lhes, em geral, conhecimentos históricos e científicos sobre os sistemas de escrita. Sem isso, como o professor consegue fazer com que os alunos progridam ao aprender a ler e escrever?

Para que a Educação progrida como deve, não se pode pensar que um pouco de estudo é suficiente. A formação do alfabetizador não pode ter vazios com conteúdos importantes não

estudados. Por outro lado, é preciso que as verbas da Educação sejam constantes e bem gerenciadas e que não aconteçam apenas quando há trocas de governo. A Educação precisa de um projeto que vá além dos governantes.

A boa formação educacional

É certo que a educação torna o cidadão mais ativo na sociedade, deixando de lado a passividade. Cidadãos que não veem a educação como ponto de partida para evolução da sociedade ficam à mercê de qualquer opinião ou agressividade discursiva introduzida por certos políticos, por todo tipo de charlatães na sociedade e pelas mentiras das *Fake News*.

Durante a pandemia, ficou visível que a falta de formação cultural e educacional deixaram a sociedade amarrada a opiniões simplistas que não levaram à reversão de grandes problemas sociais e políticos que assolam o País há anos.

A escola no passado e no futuro

Em meados da década de 60, os pais já direcionavam os filhos para algum tipo de trabalho, tradicionalmente ligado à cooperação familiar. Por exemplo: os pais que trabalhavam no campo introduziam seus filhos naquela realidade; quem trabalhava com comércio têxtil já tinha como pensamento deixar o comando dos negócios para os filhos, e assim por diante. Somente os mais ricos tinham a oportunidade de saírem para os estudos e adquirirem um curso superior.

Na primeira metade do século passado, nem todas as escolas usavam sua capacidade máxima de atendimento de alunos, pois muitos alunos desistiam antes do término do curso e do ano letivo, visto que muitos precisavam trabalhar para manter a sobrevivência da família. Décadas à frente, iniciava uma trágica transformação da educação com as salas seriadas, com sala de 40 a 50 alunos com níveis diferentes, estudando numa mesma sala de aula. Tal situação tornou o ensino ainda mais complexo. As dificuldades em ensino foram transformando o educador em um simples cuidador de crianças e de adolescentes.

A partir dessa realidade de salas superlotadas, a questão da avaliação recebeu nova atenção, esperando que a situação melhorasse. Os alunos reprovados passaram para outras salas, também multisseriadas e encontraram um ambiente hostil, porque se juntaram a estudantes, em geral, mais novos. A dificuldade de ensino e de aprendizagem se complicou

ainda mais nestes casos.

Alguns anos depois, a educação foi direcionada para valores representados por estatísticas. Essa atitude fez com que a estatística se tornasse o objeto mais importante da educação.

A estatística mostrou o nível de cada escola e até mesmo diferenças educacionais entre os países. No entanto, algo que talvez ainda não tenha sido mencionado em livros é que muitas escolas — particulares e públicas — selecionaram quais alunos podiam fazer a avaliação do governo e quem ficaria em casa. Com isso, muitas escolas fizeram tentativas de burlar o sistema, garantindo um índice elevado no nível de aprendizagem.

Há fatos que revelam que muitos alunos não conseguem aprender o que o professor ensina, mas têm uma capacidade individual para aprender sozinhos. Tal situação é pauta para discussão, visto que algumas crianças não conseguem aprender inseridas em uma escola, mas aprendem a ler e a escrever quando não estão inseridos nela. Em quê a escola estaria errando?

Deve-se destacar, ainda, que algumas crianças que apresentavam avanço enquanto estavam em processo de aprendizagem na escola, ao retornar das férias, demonstraram certa dificuldade em demonstrar conhecimentos sobre certos assuntos que antes já tinham aprendido na escola. É claro que podemos considerar aqui que, na verdade, esse aluno não tinha, de fato, aprendido o que lhe fora ensinado quando frequentou as aulas na escola, mas, em certo momento, decorou para garantir uma nota adequada no bimestre. Dessa forma, questiona-se: qual é o real papel da escola?

A promoção automática causou um conflito no seio da escola, visto que os professores jogaram a culpa da problemática da aprendizagem do aluno nas séries anteriores. Ninguém queria mais assumir a responsabilidade no que tangia ao papel de ensinar adequadamente. Dessa forma, os professores desistiram dos seus alunos. Definiram os atrasados com expressões chulas (incompetentes, sem noção, preguiçosos...), todo aluno que passava de ano automaticamente e não conseguia aprender e acompanhar o conteúdo do ano seguinte. A promoção automática aumentou o nível estatístico da aprendizagem no País, mas camuflou questões básicas de aprendizagem e deixou a leitura e a escrita à mercê do descaso.

Dessa forma, para repensar a educação, tem-se a necessidade de discutir que a educação também deve seguir uma regra educacional. Não se pode pensar em uma educação

simplista, subestimando a inteligência dos alunos. Como disse Cagliari (2021), em uma de suas aulas, “as crianças com um ano, um ano e meio já sabem falar”. Adquirir a linguagem oral é algo surpreendentemente complexo. Ao se alfabetizar com três anos ou mais, a mesma criança já provou que consegue aprender coisas muito complexas, como a linguagem oral. Portanto, está apta para aprender as regras da decifração da leitura, que são muito mais simples do que as regras da linguagem oral. A boa escola sabe se adequar à idade dos alfabetizandos e ensiná-los a ler e a escrever.

Recentemente, temos visto que o professor deixou de fazer parte da sala de aula para tornar-se divulgador das metodologias e projetos impostos por setores governamentais. Dessa forma, o papel do professor em sala de aula foi, muitas vezes, de telespectador, observando cada vez mais uma escola com alunos indisciplinados, que não conseguem entender a educação como uma oportunidade de desenvolvimento social e econômico.

Sabe-se que muitas transformações já aconteceram na educação brasileira. Algumas foram agradáveis e outras não tão agradáveis aos olhos e pensamentos de pais, alunos e especialistas da educação que, há anos, estudam os avanços e os retrocessos da educação em nosso país.

Para tratar deste assunto, é preciso entender que todo ser humano tem algum conhecimento para compartilhar com o meio em que está inserido. Ou seja, ninguém passa por uma escola e sai dela sem aprender nada. Certamente, nem todos os alunos aprendem as mesmas coisas do mesmo jeito. Por exemplo, o aluno B pode ser bom em aritmética, mas não conseguir uma vantagem em relação aos conteúdos de geografia. Além disso, muitos alunos usaram a estratégia da decoreba nas avaliações para conseguir aprovação e passar de ano.

As discordâncias por parte dos pais em relação à reprovação ou promoção tem tornado ainda questionável o papel das avaliações no processo de ensino das escolas. Há professores que concordam com o ato de reprovação, visto que tal decisão demonstra garantir que, para o ano seguinte, seja formada uma sala por alunos com bons resultados nas avaliações. Na verdade, a repetência parece ser um ato punitivo para muitos daqueles que se deliciam com a reprovação de alunos. No entanto, eles deixam de lado o pensamento de que o professor precisaria buscar novas estratégias para melhorar sua metodologia de ensino, quando encontram alunos com problemas de aprendizagem.

O que tem faltado na escola é uma discussão exata acerca das metodologias e regras próprias do processo de aprendizagem. Com elas, os alunos conseguem avaliar e compreender o motivo de tudo o que acontece nas avaliações. Entretanto, se o aluno não entender o real sentido da avaliação escolar, será difícil ter um processo escolar educativo.

As disparidades no que se refere à aprovação são evidenciadas a partir de pesquisas que observam qual classe social tem mais efetiva reprovação na escola. Pode-se observar que a estratégia de reprovação desmerece uma criança a partir da sua classe social, intensificando ainda mais a necessidade de revermos qual é o verdadeiro sentido da reprovação na educação brasileira. Se houver parcialidade entre o aluno classe A em relação ao aluno classe B, mesmo que ambos estejam no mesmo nível de aprendizagem, há de fato algo errado no processo de avaliação.

No que se refere à formação dos professores, há a necessidade de garantir-lhes discussões amplas sobre as regras linguísticas nos cursos de graduação. Se um professor não tiver bagagem teórica e prática sobre os fundamentos básicos da Linguística, ele não poderá inserir conteúdos linguísticos nas suas aulas e poderá comprometer muitos fatos da linguagem. Também ajuda o aluno aprender a história da escrita e da Língua Portuguesa.

Parte dos professores da educação básica dos anos iniciais tem demonstrado em suas formações de grupo a necessidade de os envolvidos no processo de alfabetização das crianças estarem em contato direto com novas formas educacionais para melhorar o ensino da leitura e da escrita. Entre esses professores, alguns ainda defendem que o processo de alfabetização não deve ser entendido apenas como um processo limitado de informações metodológicas, representado, muitas vezes, por níveis de aprendizagem. Tornou-se comum, por exemplo, realizar a identificação da aprendizagem de uma criança a partir de níveis classificatórios como o aluno estará no nível pré-silábico, silábico, silábico-alfabético, alfabético, seguindo o proposto por Emília Ferreiro e Anna Teberosky (1999). Essa abordagem constrange o aprendiz a se enquadrar em um dos níveis, quando ele poderia aprender a generalizar processos através de regras bem formuladas de como se faz para ler e escrever.

A perspectiva deste trabalho propõe que o profissional da educação reveja suas práticas em sala de aula para que os estudantes interessados em aprender possam usufruir de uma educação pautada *na reflexão, no ato da provocação do eu e do outro*. Ou seja, o ensino-

aprendizagem só tem sentido quando há provocações (no sentido figurado da palavra) – por parte do professor e também do aluno. O aluno precisa ser provocado a *pensar* e o professor precisa *provocar-se* para refletir e encontrar as boas perguntas para solidificar uma aprendizagem com qualidade.

Defasagem no processo de leitura e de escrita

Os encontros para planejamento e replanejamento escolares são recheados de provocações acerca das metodologias já utilizadas e que serão utilizadas durante o ano letivo. Provoações essas que colaboram para o exercício de elaboração de um Plano de Ação para trabalhar as defasagens dos alunos, advindas dos anos anteriores. No entanto, surge a seguinte questão: em que momento essas reflexões e propostas serão utilizadas? Será que os professores podem realmente colocar em prática tudo que pensaram para sanar as dificuldades dos estudantes? O Plano de Ação é uma realidade que chega à prática ou apenas mais um ato de formalidades burocráticas da escola?

Uma reunião de planejamento escolar com cerca de vinte professores do Ensino Fundamental/Anos iniciais, no início deste ano letivo, por exemplo, foi um termômetro que identificou como a educação escolar inicial estagnou nos dois anos de Pandemia da Covid — 19, tendo funcionado apenas na modalidade remota. Foram levantados os problemas e foram feitas sugestões metodológicas para os anos letivos de 2020 e 2021. Nos debates da reunião, foram apontadas dificuldades na aprendizagem da leitura, da escrita e com relação às em matemática. Além desses problemas metodológicos, apareceram problemas familiares, de convivência inadequada na escola, e até problemas de uso de medicações para favorecer a concentração. Esse quadro mostrou, segundo os professores reunidos, os possíveis problemas de alguns estudantes que não conseguiram atingir os níveis adequados nas avaliações realizadas durante o ano. O fato de esses estudantes terem vindo de dois anos de uma Pandemia e o estudo no modelo síncrono e assíncrono pouco foi comentado. Outra situação que chamou a atenção foi o fato de não haver pronunciamentos sobre as dificuldades encontrados pelos professores para lidar com o ensino através das diversas tecnologias, muitas delas desconhecidas dos professores.

Os dados discutidos abaixo foram destacados nas discussões realizadas pelos professores no planejamento escolar, através das contribuições de falas do diretor, da vice-

diretora, da coordenadora e de professores participantes. Um exemplo de problema relatado foi que em uma sala de 2.º ano (ciclo I), com 30 alunos matriculados, um total de 20 alunos ainda não sabia ler e a escrever. Ou seja, 66,66% dos estudantes precisariam de uma intensificação no ensino da leitura e da escrita para diminuir a porcentagem de crianças não alfabetizadas. No entanto, estamos falando de crianças que estavam iniciando o 2.º ano, etapa em que o documento da BNCC indica como o momento em que a criança precisa ser alfabetizada (BRASIL, 2018, p. 59). Muitas professoras alfabetizadoras ficam apavoradas quando essas crianças chegam ao 2.º ano sem a aprendizagem da leitura e da escrita. Mas isso é um erro, visto que, mesmo que elas não tenham aprendido no 1.º ano, elas têm o direito de não saber ainda ler e escrever. Nem a professora do ano anterior deve ser criticada.

A grande preocupação de alguns professores vinha do fato de, nos anos que antecederam a pandemia da Covid-19, grande parte dos alunos naquela etapa de ensino já estarem alfabetizados e realizarem leituras e escritas de cantigas, parlendas e reescrita de textos curtos. Mesmo com estratégias de um trabalho pedagógico adequado para minimizar as dificuldades dos estudantes, a partir do retorno às aulas no mês de outubro de 2021, ainda durante a pandemia, isso não foi o suficiente para os estudantes garantirem as habilidades e competências propostas para o ano-série proposto pela BNCC.

Destaca-se, ainda, que aqueles alunos com idade acima de 9 anos, que ainda apresentam defasagem de leitura e de escrita, não foram mencionados, apesar de apresentarem dificuldades consideráveis em questões que precisavam já ter aprendido, como a compreensão abrangente de HQs e de outros tipos de textos. Essas dificuldades e problemas já precisavam estar sanados antes do 5.º ano.

Os materiais didáticos e a aprendizagem

Muitos materiais didáticos apresentados aos estudantes durante o período de aulas remotas eram de cunho de intensificação de estudos. Muitos chegaram atrasados e tinham que ser usados em uma rotina apertada e sempre ajustada para concluir a carga horária homologada. Uma das situações que os professores entenderam é que a leitura deve ser procedimento padrão em sala de aula, pois a leitura antecede a escrita. Nem sempre tiveram essa concepção da prioridade da leitura sobre a escrita. Destaca-se aqui a reflexão de Massini-Cagliari (2000) que mostra que muitas das propostas apresentadas nas escolas para as crianças

são a prevalência das atividades de escrita sobre a leitura. A concepção tradicional por parte da escola interfere muito no progresso escolar dos estudantes, ao passo que a prioridade da leitura contribui muito para a melhoria da aprendizagem geral. A opção inicial pela escrita é a causa do porquê o estudante A ou B não consegue ser alfabetizado, como apontam alguns professores nas reuniões de avaliação.

Segundo Mortatti (2010), a educação “é um processo complexo e multifacetado que envolve ações especificamente humanas, portanto, políticas, caracterizando-se como dever do Estado e direito constitucional do cidadão”. Porém, tudo começa com a alfabetização. Pegando o gancho da citação acima que concede à alfabetização essas características, entende-se a importância de uma formação adequada e científica dos professores alfabetizadores. Nessa perspectiva, encaixa-se a questão da relevância com uma abordagem linguística na alfabetização, para garantir uma ação mais científica dos problemas de ensino e de aprendizagem das crianças.

A Linguística e a questão social

Um dos motivos da inserção de discussões dos aspectos linguísticos na alfabetização — específico da formação dos alfabetizadores — é caracterizado pela ideia de que a criança traz suas relações sociais do meio em que vive para a escola, como também de suas habilidades linguísticas. Essas duas realidades podem diferir em vários sentidos. Por isso, as influências trazidas pelas crianças para a escola devem ser fator de preocupação por parte dos alfabetizadores. Barrera e Maluf (2004) dizem:

Com relação à influência da posição social e do grau de instrução, fatores esses que em geral se apresentam juntos, pode-se dizer que a oposição mais importante se dá entre a chamada linguagem culta (ou padrão) e a linguagem popular. A variação estilística refere-se às diferenças observadas na fala de um mesmo indivíduo, de acordo com a situação em que ele se encontra, ou seja, são diferenças linguísticas determinadas pelas condições extraverbais que cercam o ato de fala, como, por exemplo, o assunto tratado, o tipo de ouvinte, a relação entre os interlocutores, o estado emocional do falante, o grau de formalidade do discurso. (BARRERA E MALUF, 2004, p. 36).

Não há como negar os efeitos da influência da posição social e do grau de instrução de um indivíduo no ambiente em que ele estiver inserido. Outra situação que se deve pensar é

entre a linguagem considerada padrão (norma culta) e a popular que, de certa maneira, estão inseridas na escolar. A escola sabe que o foco deve estar no ensino da língua padrão, mas não pode desconsiderar a linguagem popular para acesso a uma educação cidadã. É importante o professor considerar os conteúdos propostos nos materiais didáticos, porém, realizando uma reflexão sobre como oportunizar uma aprendizagem com garantias de interação entre a linguagem popular e as regras que ditam a escrita padrão da Língua Portuguesa no Brasil. A questão da presença da variação linguística em sala de aula é um bom tema para provocar a reflexão do professor e dos alunos. A questão social da linguagem sempre foi e sempre será objeto de grandes discussões. A escola, porém, deve respeitar a fala das crianças e, ao mesmo tempo, sem destruí-la, ensinar a variedade padrão, como forma de garantir melhor promoção social aos menos favorecidos, como comenta (RAJAGOPALAN, 2003):

Enquanto área de estudo, a linguística é, sempre foi e sempre será uma *atividade* humana, na qual participam indivíduos com seus laços sociais, seus direitos e suas obrigações, e sobretudo seus anseios e interesses, que variam de acordo com o momento histórico em que se encontram. (RAJAGOPALAN, 2003, p. 44)

Como diz Rajagopalan (2003), a Linguística é uma atividade humana e, nessa direção, se apresenta como algo social que deve colaborar para melhorias das questões sociais de uma sociedade. Portanto, quando se considera a escola como um espaço de diversidade, também se parte para a aceitação de que ela é um espaço de atividades sociais. Sendo assim, a Linguística pode colaborar muito com a dinâmica de ensino-aprendizagem inserida na escola.

Em algumas universidades, os estudos da linguagem com a Linguística Moderna têm mudado suas concepções em relação a alguns pontos dos estudos sobre a linguagem oral e escrita. Entre essas concepções, destaca-se a inserção de debates que entrelaçam a dinâmica do ensino-aprendizagem nas escolas atuais. Essa abertura para estudos, que aceita a educação como *corpus* em pesquisas linguísticas acadêmicas, representa um avanço significativo para haver um novo olhar nos procedimentos e metodologias utilizados em sala de aula. Debates e estudos sistemáticos sobre a educação, em suas diversas ramificações, acontecem desde muito tempo, mas quando se trata de Linguística e Educação, é algo que acontece recentemente.

Os avanços em todas as áreas do conhecimento e da produção acontecem quase que instantaneamente, e não esperam ninguém se adequar a elas. Tudo isso é resultado da

globalização que prioriza o consumo e as mentes prontas para assimilação do novo, para a adaptação e a atuação imediata diante de novos cenários mundiais. Nessa vertente de avanço e progresso, deveria estar inserida a escola, mas não é isto que tem acontecido. As escolas, em termos de estrutura, formação dos profissionais em atividade, dos recursos materiais e de outros tipos, têm ficado à mercê do descaso. Assim, os resultados estaticamente esperados ano após anos, nunca são satisfatórios. Essa realidade acontece porque muitos professores deixaram de acreditar em uma formação mais específica, pautada nas melhorias dos resultados. Há a necessidade de compartilhamentos de pesquisas e de estudos atrelados entre o que se trabalha em sala de aula e o que as diversas áreas da Linguística podem contribuir para a melhoria da educação. A interdisciplinaridade possibilita um novo olhar para os rumos que a educação escolar deve seguir. Nessa perspectiva, surgem questionamentos de como a escola deve tratar o uso da língua materna diante das inúmeras maneiras de escrita que têm se apresentado nos últimos anos, principalmente, pela utilização em massa das redes sociais.

Considerações finais

O ensino-aprendizagem de qualidade está atrelado a diversos fatores positivos que garantem solidez em todo o processo dimensionado pela escola atual. No entanto, se os professores não estiverem atentos e dispostos a realizar uma provocação interior sobre as práticas exitosas em sala de aula, de nada valerão explicações de conteúdo nem projetos inovadores.

O ensino é pautado por reflexões sobre tudo o que há em torno da escola física. O que o estudante traz do meio socioeconômico e físico em que está inserido pode interferir positiva ou negativamente no processo de aprendizagem. A escola precisa estar preparada para compreender e mediar tudo aquilo que é necessário ensinar, levando em conta o contexto de vida de cada indivíduo, só assim acontecerá de a escola ser um local de transformação na criança para uma vida melhor.

Portanto, é possível considerar que toda transformação humana parte de reconsiderações na forma de ensinar e de aprender, as quais não se restringem aos conteúdos escolares, mas englobam todas as funcionalidades da sociedade. Assim, valida-se a ideia de que o ato de “*provocar-se*” para “*provocar*” oportuniza novos rumos para a evolução

intelectual de um indivíduo e fundamenta as metodologias de ensino e de aprendizagem escolares.

Referências

BARRERA, Sylvia Domingos; MALUF, Maria Regina. Variação linguística e alfabetização: um estudo com crianças da primeira série do ensino fundamental. In: **Psicologia Escolar e Educacional**, Volume 8 Número 1. 2004. pág. 35-46. (Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-85572004000100005>). Acesso em 12.05.2022.

CAGLIARI, Gladis-Massini. O ensino da leitura e da escrita na alfabetização: para não colocar o carro na frente dos bois. In: **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 2, n. 2, 2000. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/1436>. Acesso em: 1 mar. 2022.

CAGLIARI, Luiz Carlos. A mediação do professor na alfabetização. In. MASSINI-CAGLIARI, Gladis; CAGLIARI, Luiz Carlos. **Diante das letras: a escrita na alfabetização**. Campinas: Mercado de Letras. 1999. pág. 217-226.

FARACO, Carlos Alberto; CASTRO, Gilberto. **Por uma teoria linguística que fundamente o ensino de língua materna** (ou de como apenas um pouquinho de gramática nem sempre é bom). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/Q8VCXMk7KTXMTNrkZdKYcrP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06.04.2022

FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 15 n. 44 maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gg3SdLpVLM8bJ7bJ84cD8zh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06.04.2022.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

MOMENTO

Diálogos em Educação

Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação



PPGEDU



Submissão em: 20/07/2022.

Aceito em: 03/02/2023.

Citações e referências
conforme normas da:



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br

